

OS DOIS BRASIS DA EDUCAÇÃO: Professora trabalhou 30 anos sem ter carteira assinada

José Luiz da Conceição



A PROFESSORA MARIA Alta da Conceição, diante da escola em que lecionou durante anos. A escola hoje está fechada, abandonada e parcialmente destruída

No interior da Bahia, ao tomar posse em 93 prefeito fechou escolas municipais

Sumiço de documentos impede prestação de contas e MEC suspende convênios

• MIRANGABA (BA). Durante os mais de 30 anos em que percorreu o Sertão da Bahia alfabetizando crianças, a professora Maria Alta da Conceição, hoje com 58 anos, alimentou o sonho de um dia ter sua carteira de trabalho assinada. Mas o sonho de Conceição acabou em 1993, quando o então prefeito de Mirangaba, Luís Rogério Amorim Pinheiro (PL), resolveu, ao tomar posse, fechar dez escolas, entre elas o Grupo Escolar Manuel B. Souza, do distrito de Vereda de Cana Brava, onde ela lecionava. Amargurada com a decisão do prefeito, que deixou as 200 crianças pobres do distrito sem escola, a professora mudou-se para Salvador, onde conseguiu finalmente ter a carteira assinada. Como empregada doméstica.

Passados cinco anos, Conceição voltou para Cana Brava, onde vive da aposentadoria do pai, Francisco João da Conceição, de 86 anos, no valor de R\$ 120. Até hoje a ex-professora se emociona ao constatar que na escola em que lecionou apenas uma das carteiras restou intacta. As demais viraram sucata.

Prefeito fechou escolas e hospitais públicos do município

Trabalhando mais de 12 horas sob o sol quente, as crianças de Mirangaba são as que mais pagam pelas atitudes do ex-prefeito, um médico de 30 anos que, além de escolas, fechou todos os hospitais públicos do município. Sueli da Cruz, de 11 anos (embora aparente bem menos), lembra todos os dias às 4h da madrugada para ajudar o pai, Guilherme da Cruz, de 58, na colheita do sisal. O trabalho de Sueli consiste em transportar num jumento a fibra têxtil triturada pelo pai num motor de óleo diesel. Juntos, os dois ganham R\$ 10 por semana, dinheiro que serve para sustentar toda a família.

Com o corpo marcado pelos espinhos do sisal, Sueli nunca foi à escola, mas se orgulha de ter aprendido a ler o próprio nome com freiras da Pastoral da Criança que percorrem a região, realizando um trabalho de combate à desnutrição. A exemplo das demais crianças do município, Sueli nunca tomou um sorvete e quando não está trabalhando passa o tempo brincando com ossinhos de bichos mortos pela seca.

Acostumada a conviver com a miséria, Conceição disse que a situação das crianças do distrito — que não tem luz elétrica nem água encanada e está a cerca de 60 quilômetros do hospital mais

próximo — vai piorar em outubro, quando a seca voltará castigar o Sertão da Bahia.

— Ai, o algodão acaba, a mamona acaba e o sisal murcha. Só resta a fome — conta ela, amargurada.

A 20 quilômetros de Cana Brava fica o distrito da Barra, onde as crianças e os professores — que chegaram a ficar seis meses no ano passado sem receber o salário de R\$ 20 — também sofrem até hoje com a administração do ex-prefeito. Uma das poucas escolas não fechadas por ele, o Grupo Escolar Manoel B. de Souza, cujas telhas tiveram que ser retiradas devido à invasão de insetos barbeiros, que transmitem a doença de Chagas.

O professor Edenilson Gomes da Silva, de 32 anos, disse que a escola ficou fechada durante quase todo o ano passado porque a Prefeitura não mandava material escolar nem a merenda e atrasava o salário dos funcionários. Reaberta no início deste ano, funciona em condições precárias, o que dificulta a alfabetização.

Depois de trabalhar duro no sisal, José Carlos de Jesus, o Juca, de 10 anos, anda dez quilômetros para chegar à escola, pois o transporte escolar, que passou a ser obrigatório desde o ano passado, ainda não chegou em Mirangaba. Não tendo merenda nem material escolar, Juca está há quatro anos na escola, mas até hoje não aprendeu a ler.

Segundo a secretária de Educação do município, Ana Lúcia de Freitas Carvalho, de 34 anos, a falta de merenda escolar — que ele-

vou para 60% os índices de repetência e evasão — se deve ao fato de o ex-prefeito, que chegou a ser afastado por três dias pela Câmara dos Vereadores por corrupção, não ter prestado contas ao MEC de uma verba de R\$ 40 mil, destinada no ano passado à merenda. A secretária acusa ainda o ex-prefeito de ter desviado outra verba do MEC, de R\$ 47 mil, destinada à conservação dos estabelecimentos de ensino.

— Sumiram os papéis da merenda e da conservação de escolas. Como não temos condições de prestar contas, o Governo não repassa a verba da merenda e estamos impossibilitados de melhorar as escolas e assinar contratos para aquisição de ônibus para o transporte — diz Ana Lúcia Carvalho.

Ex-prefeito teria desviado recursos para comprar fazendas

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirangaba acusa o ex-prefeito — que na época da campanha eleitoral se vestia de médico e levava um estetoscópio para o corpo-a-corpo com seus eleitores — de desviar recursos para comprar fazendas. Em quatro anos de governo, ele teria adquirido dez mil hectares de terra, tornando-se um dos maiores latifundiários da região. Procurado pelo GLOBO, Luís Rogério não foi encontrado para responder às acusações.

Mirangaba tem orçamento (R\$ 120 mil por mês) e população (16 mil) semelhantes a Icapuí, no Ceará. Mas, na educação, os dois municípios apresentam contras-

tes gritantes: Icapuí — que em dez anos baixou em 62% a taxa de analfabetismo e evasão — tem 5.300 crianças nas escolas, enquanto Mirangaba oferece apenas 3.200 vagas na rede municipal de ensino.

O desvio de recursos para a educação e a conservação de escolas também foi detectado em Campo Formoso e Umburamos, vizinhos de Mirangaba. Segundo a secretária de Educação de Campo Formoso, Iraci Andrade Araújo, o ex-prefeito Pedro Gonzaga Meneses (PFL), além de desaparecer com a verba de R\$ 108 mil para educação e merenda, fechou as escolas dos distritos de Poço da Pedra, Saquinho e Curralinho. A secretária conta ainda ter levado um susto ao constatar que as 216 escolas do município estavam funcionando clandestinamente, já que não tinham registro no MEC.

— O ex-prefeito sumiu também com as atas das escolas. Isto significa que os alunos que se formaram durante sua gestão estão com os diplomas em situação irregular — disse.

Apesar de contar com indústrias, 62 mil habitantes e uma receita de R\$ 100 milhões (110 vezes maior que a de Icapuí), Campo Formoso tem uma das maiores taxas de evasão escolar (60%) e analfabetismo (54%) do país. Afastados até cem quilômetros do Centro, seus distritos sofrem até hoje com o desvio do dinheiro público. ■

• AMANHÃ: Outras histórias de sucessos e fracassos na educação